

O pleito no painel dos imponderáveis

Newton Rodrigues *

No momento, a certeza mais certa é a incerteza. A globalização das economias levou a mares nunca dantes navegados e a níveis jamais atingidos a interdependência mundial. Daí o deslocamento cada vez maior dos centros de decisão que acentuam características transnacionais. As medidas dos governos para minorar crises restringem-se nos efeitos, e as flutuações de bolsas remotas se refletem, de pronto, em toda parte. Com maior efeito nos países chamados emergentes, mas ameaçados de imersão.

Há quem diga que a crise não é tema das eleições, mas ela está no centro de todas as preocupações e o enigma consiste em saber em que sentido predominante atuará. Quando o governo evita tratá-la com ênfase, isso decorre de sua própria insegurança sobre como ela evoluirá e ao desejo de reduzir os riscos de ser desmentido pelos fatos. Como aconteceu com as declarações do ministro Malan, afirmando que os juros continuariam a cair, logo seguidas de violento aumento dos mesmos. Compreende-se que as autoridades financeiras não antecipem o anúncio de certas medidas, mas essas cautelas táticas não as obrigam a falar o que sabem irreal. Em bocas fechadas nem entram moscas e delas não saem enganos.

Até agora, a crise em desdobramento não afetou em cheio o esquema oficial da reeleição presidencial e os dados colhidos pelos institutos de pesquisa apontam para provável vitória de FHC logo no primeiro turno. O xis do problema consiste na eventualidade de um segundo escrutínio, e, a vinte e quatro dias do pleito, não sem bons motivos, o governo dá a isso a maior atenção. Daí a atitude de subestimar a crise e tentar tirá-la do debate eleitoral, apesar do esforço que fazem Lula e Ciro em sentido contrário. É fácil entender isso: no intervalo entre o primeiro e o segundo turno, podem surgir fatos novos e perturbadores que, mesmo sem pôr em risco a reeleição presidencial, causarão desconfortos e dificuldades. O reforço de sua autoridade pela confirmação antecipada de novo mandato possibilitará a FHC adotar outro tom, livrando-o da situação em que se encontra de ter em estados-chaves aliados em guerra, com ênfase para São Paulo, onde lhe será possível apoiar Covas contra Maluf se seu companheiro tucano habilitar-se a uma segunda rodada. E, em Minas, poderá agir mais à vontade em relação a Itamar, cuja

presença no Palácio da Liberdade não lhe será agradável.

Um segundo escrutínio em que sua própria permanência esteja em jogo retirará de FHC facilidades de ação e de avaliações em face da futura composição do Congresso no qual as bancadas pefelistas e peemedebistas podem ter predominância e os pebibistas continuem a figurar com relevo, reforçado se Maluf conseguir realizar seu velho objetivo de ocupar o Bandeirantes, o que o tornará de imediato candidato potencial à futura sucessão presidencial. Além disso, o tamanho da bancada tucana não lhe garantirá predominância e sua força dependerá mais que hoje da autoridade presidencial, pois permanece o risco da perda de governos importantes no Sudeste.

Nesse painel, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, embora favorita, até possivelmente vencedora em definitivo no próximo dia 4, tem características muito diversas das de 1994. Estão concordes políticos e analistas de variados critérios que sua aguardada vitória será devida principalmente à inexistência de adversário capaz de transmitir confiança na capacidade de solucionar



problemas em agravamento. Assim, enquanto no pleito passado o candidato tucano surgia como agente de modificações centro-esquerdistas, agora seu grande trunfo é a fraqueza do competidor principal, que conseguiu ter de novo. Em outras palavras, grande parte dos eleitores o escolherá como mal menor em vez de como líder de transformações. Até que ponto essa perda de confiança irá crescer ninguém sabe, mas há poucos exemplos de recuperação de desgastes de confiabilidade, e Clinton, que pensava ter pulado a fogueira das "relações indevidas", está vendo isso.

A alternativa de um segundo turno se apresenta difícil, não só pelo limite da arregimentação de Lula, que se esfalfa para alcançar o nível de 30 pontos, que jamais obteve, como pelo bloqueio logo efetivado à candidatura de Ciro Gomes e à forte expectativa de votos nulos, brancos e de abstenções que facilitarão aos dianteiros nas disputas a cargos executivos a vitória na primeira rodada. Quem desejar segundo turno terá de votar em algum candidato, pois quanto menor o total de votos válidos mais fácil se torna obter metade mais um deles. É difícil, aliás, que novo pleito no dia 25 de outubro altere o resultado final, embora permita, pela concentração de correntes opositoristas, articulações mais ob-

jetivas para o período posterior.

A crise mundial não se deve, é claro, a nosso governo, mas a falta de medidas para preveni-la constitui outro caso e leva a apressadas medidas, já iniciadas. A insistência em atribuir todas as críticas ao desejo do "quanto pior melhor" e a repetição dos diagnósticos "sinistrose" e "catastrofismo" correntes nos tempos ditatoriais levam a desvios perigosos apesar da limitação de seus efeitos propagandísticos. Até porque, mesmo nos mais altos escalões empresariais, o receio do que possa advir e a preocupação com fatores de ação crescentes como o desemprego e as dificuldades de mercado e produção ganharam espaço, inclusive na mídia.

A reeleição — não apenas a presidencial, mas as que constituem um sistema que tende a oligárquico e pode ampliar-se no próximo pleito municipal, tornando as leis recursos provisórios de ambições definitivas — já desarticulou o frágil sistema político e nos conduziu ao pleito mais chocho dos últimos tempos. Quando isso acontece, marqueteiros podem substituir os políticos e até levar o presidente da República ao inédito uso da solene festa da Independência para lamentável promoção pessoal. ■